



----- **Ata da Reunião de Câmara N.º 9/2020** -----

Aos quinze dias de maio de dois mil e vinte, realizou-se, por sistema de videoconferência, de acordo com a Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, a nona reunião ordinária da Câmara Municipal, do ano de 2020, com a seguinte ordem de trabalhos:----

- 1. Período antes da ordem do dia;** -----
- 2. Balancete;** -----
- 3. Correspondência;** -----
- 4. Protocolo entre o Município de Porto Moniz e os industriais de transportes em automóveis ligeiros de passageiros do Município.** -----

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara, estando presentes na videoconferência os Senhores Vereadores, Luís Teixeira, Nélio Viveiros Sequeira, Graciela Sofia Lima Nunes da Silva e Dinarte Lima Nunes. -----

A reunião foi secretariada por mim, Márcio David Telo Correia. -----

Sendo a hora designada para o funcionamento do executivo o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

**1. Período antes da ordem do dia** -----

O Sr. Presidente, após saudação aos vereadores presentes na videoconferência, começou por lamentar a atitude do Governo Regional que, nesta fase de tomada de medidas contra a pandemia, não mais tem feito do que um “copy-paste” das medidas previamente dadas a conhecer pela República às Regiões Autónomas. -----

Prosseguiu clarificando que os Governos das Regiões Autónomas da Madeira e Açores são chamados a dar o seu parecer às decisões do Governo da República, e com isso ficam com um conhecimento prévio das medidas que vão ser implementadas por aquele governo, e é fazendo uso desse conhecimento que agendam conferências de imprensa para horas antes da apresentação por parte do Governo Central de forma a poderem anunciar medidas em primeira mão. O Sr. Presidente acrescentou que partilha esta informação na reunião de câmara pois entende que é importante que a população menos atenta saiba os jogos de bastidores que estão a ocorrer com vista a um aproveitamento político de uma situação de pandemia. “Deve haver respeito institucional, e assim como a Câmara Municipal aguarda as determinações do Governo Regional para poder decidir algumas situações, também este Governo deve respeitar o Governo da República e não



replicar a aplicabilidade das medidas, umas horas antes do seu anúncio oficial, para depois poder dizer que é um Governo proativo e visionário”, acrescentou o Sr. Presidente. -----

Prosseguiu informando que, na sequência das medidas de desconfinamento anunciadas pelo Governo Regional, a Câmara Municipal de Porto Moniz decidiu, no dia 8 de maio, de acordo com as orientações emanadas pelas autoridades nacionais e regionais com competência para o efeito, e na sequência da ativação do Plano de Contingência da Câmara Municipal de Porto Moniz, aprovado em 9 de março de 2020, verificando-se uma evolução positiva no que concerne à situação de pandemia a nível regional, as seguintes determinações: -----

1. Prorrogação do encerramento dos serviços de Atendimento ao Público e de Tesouraria, solicitando-se aos Municípios que o atendimento presencial seja efetuado com recurso a meios eletrónicos (Telefone: 291850180/ E-mail: geral@portomoniz.pt e Portal de Atendimento Online) e dos pagamentos por Multibanco; -----
2. Prorrogação da suspensão de todas as atividades de grupo, cuja responsabilidade de funcionamento seja desta autarquia, designadamente no âmbito do Projeto Integra+ e Gabinete de Apoio ao Idoso; -----
3. Prorrogação da suspensão de pedidos de transporte de pessoas, em viaturas de transporte coletivo desta autarquia, incluindo os já autorizados; -----
4. Prorrogação do encerramento das Piscinas Municipais, do Parque de Campismo e dos Parques Infantis; -----
5. Abertura dos cemitérios do concelho, a partir do dia 9 de maio de 2020, no horário habitual, exigindo-se para visita aos mesmos o uso de máscara e o cumprimento das regras de distanciamento social; -----
6. Manutenção da proibição de realização de velórios nas instalações camarárias destinadas a esse fim e das regras de limitação de pessoas, de segurança sanitária e distanciamento social em cerimónias fúnebres; -----
7. Reabertura do Centro de BTT do Porto Moniz, a partir do dia 11 de maio de 2020, sem possibilidade de uso de algumas das instalações de apoio, designadamente balneários; -----



8. Reabertura do Aquário da Madeira, Biblioteca Municipal e Espaço Multiusos de Porto Moniz, a partir do dia 14 de maio de 2020, com acesso limitado a um terço da capacidade de cada uma das infraestruturas e devendo ser assegurado o cumprimento das necessárias regras de segurança sanitária estipuladas; -----

9. Restabelecimento do funcionamento do Teleférico das Achadas da Cruz, a partir do dia 15 de maio de 2020, de forma condicionada, limitado a um terço da capacidade de cada cabine, e para uso exclusivamente por agricultores com explorações no Calhau das Achadas da Cruz, devendo ser assegurado o cumprimento das necessárias regras de segurança sanitária estipuladas; -----

10. Alargamento do uso do guincho instalado no Porto de Abrigo do Porto Moniz, propriedade deste Município, a embarcações de recreio autorizadas a navegar e que usem esta instalação portuária para partida e chegada, a partir do dia 15 de maio de 2020; -----

11. Prorrogação do regime de rotatividade/teletrabalho até ao dia 13 de maio de 2020, devendo todos os trabalhadores deste Município retomar o regime de trabalho presencial a partir do dia 14 de maio de 2020, mantendo-se o horário de jornada contínua. -----

O Sr. Presidente acrescentou que o Conselho de Governo havia decidido, no dia anterior àquela reunião, um novo leque de medidas, medidas essas que foram tidas em conta pela Câmara Municipal e elencadas diretamente ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil, na reunião semanal com os Presidentes de Câmara. -----

Sobre estas reuniões semanais, e aceitando que as agendas nem sempre tornam viável a participação de todos, o Sr. Presidente disse não poder deixar de lamentar as ausências de alguns presidentes de Câmara, referindo ainda que não se pode exigir proximidade e celeridade na resolução de matérias da competência do Governo Regional e depois não estar presentes em reuniões com aquela importância. -----

Prosseguiu o Sr. presidente informando que na semana anterior àquela reunião havia entregue 10 computadores e 7 routers a alunos sinalizados pela Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar e Creche do Porto Moniz, após comunicação enviada pela direção daquele estabelecimento, e alguns contactos telefónicos que manteve diretamente com o diretor da Escola. -----



Sobre a entrega de routers informou que estavam sinalizados, inicialmente, pelo estabelecimento de ensino, 9 alunos, mas quando a Câmara se deslocou para entrega dos equipamentos estes já haviam adquirido serviço de internet em casa, tendo originado uma diminuição na entrega de routers de 9 para 7 alunos. -----

O Sr. Presidente lamentou ter tido conhecimento daquelas necessidades dos munícipes do Porto Moniz através da Comunicação Social, e informou que havia um descontentamento de várias famílias pelo facto de o levantamento das necessidades dos alunos ter ficado muito aquém da realidade. O Sr. presidente referiu que aquele levantamento deveria ter sido efetuado de uma forma mais exaustiva de forma a poder chegar ao máximo de pessoas que realmente tivessem aquela necessidade. -----

O Sr. Presidente disse ainda atento a todas as movimentações mantidas por algumas pessoas no sentido de tentar diminuir o trabalho realizado por esta Câmara Municipal no apoio direto, dentro das suas possibilidades, às necessidades das famílias do concelho. - Prosseguiu informando que a Câmara Municipal procedeu à distribuição de máscaras comunitárias, reutilizáveis, a todos os munícipes do Porto Moniz. A distribuição foi efetuada na proporção de uma máscara por pessoa e a operação de distribuição decorreu com a colaboração de todos os membros do executivo, e respetivo gabinete de apoio, envolvendo ainda todas as Juntas de Freguesia do Município. “Esta distribuição já deveria ter acontecido no domingo passado, mas a capacidade do avião que trazia esta encomenda estava lotada, e por isso o transporte das máscaras realizou-se apenas na terça-feira, tendo-se procedido à sua distribuição logo no dia depois”, acrescentou o Sr. Presidente, que disse ainda ter mostrado a máscara ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil, na reunião semanal com os Presidentes de Câmara, aproveitando para lamentar o facto de ainda não terem chegado ao concelho do Porto Moniz as máscaras prometidas pelo Governo Regional para toda a população da Região. O Sr. Presidente referiu ainda que, por ironia do destino, ou não, logo no dia seguinte à distribuição de máscaras por parte da Câmara Municipal, começaram a ser distribuídas as máscaras do Governo Regional um pouco por todo o concelho.-----

Sobre este assunto, o Sr. Presidente acrescentou que a população de São Vicente não consegue entender, todavia, como é que as máscaras passaram por aquele concelho, para



serem distribuídas no Porto Moniz, mas não havia ali sido distribuída, ainda, qualquer máscara cedida pelo Governo Regional da Madeira. -----

Referiu ainda que “A estratégia do Governo Regional passou por procurar diminuir uma excelente medida levada a cabo por esta autarquia, e por isso mandou entregar, logo no dia depois, uma série de máscaras a uma série de pessoas do seu interesse, pois sabiam que esses intransigentes defensores do Governo Regional publicariam nas redes sociais que já haviam recebido as máscaras do Governo”. -----

Sobre este assunto terminou referindo que o Governo Regional deve agora uma explicação à população de São Vicente que viu, literalmente, aquelas máscaras passarem por lá sem lhes poderem tocar. -----

Sobre as reuniões semanais mantidas com o Sr. Secretário Regional da Saúde e Proteção Civil, com os Presidentes de Câmara da Região, o Sr. Presidente lamentou que apesar de serem um momento de aproximação das autarquias ao Governo Regional, não conseguiu receber, até ao momento, qualquer resposta concreta às perguntas que coloca ao Sr. Secretário. -----

Lembrou que em todas as reuniões reivindica a reabertura do serviço de urgências no concelho, e questiona para quando está agendada essa reabertura, mas até agora nunca conseguiu resposta a essas perguntas. -----

Também levou a essas reuniões a temática da Bandeira Azul. Na opinião do Sr. presidente existe alguma incongruência entre algumas diretrizes apontadas pelo Governo Regional e aquelas que são necessárias para hastear a Bandeira Azul num complexo balnear. Sobre essas incongruências disse estar atento e referiu que a situação será exposta à entidade competente. -----

Terminou referindo que a certeza que tem é que as Piscinas Naturais do Porto Moniz vão hastear a Bandeira Azul, como de resto tem sido apanágio daquela infraestrutura, desde há vários anos, fazendo com que Porto Moniz seja o primeiro Município a hastear aquele galardão há já alguns anos. -----

Sobre a reabertura da época balnear, o Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal recebeu um documento do Governo Regional com as diretrizes necessárias à reabertura de espaços balneares na Região. Sobre a aplicabilidade do documento, referiu que terão de ser efetuadas algumas alterações ao mesmo, no sentido de adequá-lo às necessidades



específicas de segurança das Piscinas Naturais do Porto Moniz, e informou ainda que o concessionário do Bar, por exemplo, informou não reunir as condições necessárias para a reabertura do mesmo até próximo dia 18. -----

Prosseguiu informando que a decisão da Câmara Municipal é de manter as instalações das Piscinas Naturais encerradas até ao fim do mês, onde será feito novo ponto de situação, e referiu que no período em que aquelas instalações se encontram encerradas a Câmara Municipal vai proceder a obras necessárias naquela infraestrutura de forma a garantir a reabertura da mesma nas melhores condições de segurança para todos os utentes daquela infraestrutura. -----

Em alternativa às Piscinas Naturais, o Sr. Presidente referiu que o concelho de Porto Moniz é rico na qualidade das suas praias, e por isso estavam disponíveis, também, as Piscinas Naturais do Aquário da Madeira, a Poça das Lesmas, a Praia da Lage e ainda a Praia do Cais do Seixal. Sobre a frequência destes espaços sem vigilância, o Sr. Presidente ressaltou que é importante que as pessoas que os frequentem tenham a responsabilidade de fazer uso destas infraestruturas com as devidas precauções, e lembrou que a fiscalização e verificação do cumprimento das normas de segurança, naqueles espaços, é da responsabilidade das autoridades marítimas regionais. “À Câmara Municipal compete garantir as melhores condições aos banhistas no que às condições daqueles espaços públicos diz respeito”, acrescentou. -----

O Sr. Presidente informou que depois da comunicação feita pelo Governo Regional, no dia anterior àquela reunião, a Câmara Municipal decidiu manter encerrados, até ao fim daquela semana, os serviços de atendimento presencial e o serviço de tesouraria da Câmara Municipal. Referiu que o teletrabalho já foi levantado na quinta-feira e já na próxima segunda-feira será retomado o atendimento presencial no edifício da Câmara Municipal, salvaguardando as devidas restrições de saúde e segurança, das 8h30 às 16h30. Sobre esta reabertura, o Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal vinha a preparar-se, a tempo certo, para esta retoma, e por isso foram já montadas linhas de espera e distanciamento no pavimento, e acrílicos nos balcões de atendimento, para salvaguarda da saúde dos munícipes e dos funcionários da autarquia. Lembrou ainda que o uso de máscara dentro das instalações da autarquia será obrigatório. -----



O Sr. Presidente informou que manter-se-ão encerradas, contudo, todas as atividades de grupo no âmbito do programa Integra + e do Gabinete de Apoio ao Idoso e acrescentou que a política de evitar que as pessoas saiam de casa é para continuar, pois disse ser do interesse de todos que as pessoas mais frágeis se mantenham na segurança e conforto dos seus lares. Garantiu ainda que de forma a assegurar que isso acontece, a Câmara Municipal vai continuar com o trabalho de proximidade que tem feito até aqui, no sentido de garantir que nada falta àqueles que não saem de casa. Sobre este trabalho, o Sr. Presidente aproveitou o momento para elevar todo o empenho e dedicação da equipa do Gabinete de Apoio ao Idosos da Câmara Municipal em prol de toda a população idosa do concelho. -----

Para manter está também a não realização de serviços de transporte por parte da autarquia e o encerramento dos parques infantis. Apesar da reabertura dos cemitérios do concelho, mantém-se proibida a realização de velórios nas instalações camarárias para o efeito. -----

Sobre o Teleférico, o Sr. Presidente informou que a sua utilização passava a estar novamente disponível, a partir do dia daquela reunião, mas apenas para uso exclusivo dos agricultores com explorações agrícolas no Calhau das Achadas. “Estas são as conclusões que chegámos após a divulgação das medidas de desconfinamento autorizadas pelo Governo Regional no dia de ontem”, terminou. -----

O Sr. Presidente informou que a Câmara Municipal está a desenvolver um trabalho de sustentação jurídica na elaboração de um regulamento para a criação de um Fundo Municipal de Emergência para as empresas e famílias do concelho do Porto Moniz. ----

Sobre este fundo, o Sr. presidente referiu que não vale a pena a oposição andar a disparar em todas as direcções para ficar bem vista, dando a ilusão de que está junto dos empresários. Referiu que estes apoios devem estar bem sustentados e que esse trabalho está a ser feito há algum tempo, tendo começado pelo envio de um email a todos os empresários que tenham caixa de correio eletrónico, de forma a perceber a real situação das empresas e funcionários do concelho. De mais de meia centena de emails enviados, o Sr. presidente informou que apenas 25 empresas responderam ao solicitado, e por isso não podia adiantar valores para aquele fundo por ainda não ter todos os estudos sobre o mesmo concluídos. -----



Ainda sobre o fundo, o Sr. presidente ressaltou que as empresas que eventualmente mais precisariam daquela ajuda são as mesmas que não poderão concorrer aos mesmos, pois a lei determina que para pagamentos por parte de autarquias, as entidades a que se destinam o pagamento não podem possuir dívidas à Segurança Social, à Autoridade Tributária, nem à própria Câmara Municipal. -----

O Sr. Presidente disse ter ficado satisfeito quando viu o Governo Regional sugerir às autarquias da Região aquilo que esta Câmara já faz há algum tempo, nomeadamente na autorização aos empresários para poderem aumentar a dimensão das suas esplanadas. Prosseguiu referindo que a Câmara Municipal tem vindo a criar as melhores condições a esta parte para todos os empresários com espaços em condições de melhoramento. -----

Ressaltou que a Câmara do Porto Moniz vai à frente de muitas autarquias e foi, inclusive, a primeira Câmara a ausentar os empresários do pagamento das taxas devidas pela ocupação de espaços públicos com esplanadas até ao final do ano. -----

O Sr. Presidente lembrou o encerramento da Rotunda das Piscinas, que havia sido idealizado pelo Sr. Gabriel Farinha, e aprovado pelo Sr. Valter Correia, mas destaca que foi este executivo que realizou essa obra, tendo passado das intenções e aprovações às ações. -----

O Sr. Presidente prosseguiu lembrando que foram também criadas condições, pela Câmara Municipal, para que o Restaurante Pólo Norte tivesse, também, a seu pedido, uma esplanada à entrada daquele estabelecimento. O edifício que estava embargado, desde o tempo do Sr. Gabriel Farinha, junto ao Pólo Norte, foi também desembargado por este executivo e trará ao Porto Moniz mais e novos espaços comerciais. Está em fase de aprovação, neste momento, a cedência de um espaço público aos proprietários do Restaurante Orca para a criação de uma esplanada. A Conchinha deu entrada na autarquia de um pedido para aumentar a sua área de esplanada. Esse pedido será também deferido. Junto ao Hotel Moniz Sol foram criadas condições para que o Cantinho Tradicional possa também ter a sua esplanada. Lembrou ainda que todos os outros estabelecimentos que fizeram pedidos para construção ou ampliação de esplanadas a esta Câmara Municipal, deste que este executivo tomou posse, viram os seus pedidos serem autorizados. -----



O Sr. Presidente questionou se isto não era apoio direto às empresa do concelho, e revelou sentir-se satisfeito por constatar que, mesmo em tempos de crise, os empresários que exercem atividade no concelho do Porto Moniz têm capacidade para investir no melhoramento dos seus espaços comerciais, contando com a anuência e apoio da Câmara Municipal para a realização dos seus investimentos, na cedência, inclusive, de espaços públicos para que as empresas possam lucrar com a ocupação dos mesmos. -----

Sobre o apoio às empresas terminou referindo que qualquer empresário de outra freguesia que queira também fazer investimento na sua esplanada contará, a par dos anteriormente enunciados, com o apoio desta Câmara Municipal, e lembra que há empresas que, contudo, não prosperam com tanta facilidade, principalmente porque já passavam por dificuldades de várias ordens antes do aparecimento desta pandemia. -----

O Sr. Presidente prosseguiu referindo que esta Câmara Municipal está também atenta às famílias, desde os mais novos até aos mais idosos, mas disse não poder deixar de constatar que existem pessoas, que se dizem munícipes do Porto Moniz, com responsabilidades públicas de âmbito regional, que procuram exercer influências através dos seus cargos para negarem verbas que a Câmara do Porto Moniz tem direito, como é o caso de pouco mais de 200.000,00€ que a autarquia tem a receber do PRODERAM. Sobre esta ação em concreto, o Sr. Presidente disse saber que a intenção é, claramente, atacar politicamente o Presidente Emanuel Câmara, mas o que estas pessoas não percebem é que estão a prejudicar gravemente a população do Porto Moniz, privando-as de investimento público, com o único objetivo de prejudicar o Presidente da Câmara Municipal. Sobre o valor em questão, o Sr. Presidente referiu que se o mesmo já estivesse nos cofres da autarquia estaria agora a agir de outra forma no apoio às empresas e famílias do Porto Moniz. -----

Prosseguiu referindo que a resolução da denúncia efetuada pelo Gestor do PRODERAM está já no foro jurídico, e disse ter a certeza de que a justiça será feita, pois acredita que não se pode fazer uso de cargos públicos para atacar diretamente adversários políticos, acabando com isso a prejudicar toda a população de um concelho. “É bom que a população saiba quem está a dirimir este ataque direto ao Porto Moniz”, acrescentou o Sr. Presidente. -----



Terminou a sua intervenção alertando para o facto de que o desconfinamento que agora se inicia não significa que já tudo passou e podemos voltar ao nosso dia-a-dia, como fazíamos antes da pandemia, e referiu que a abertura das infraestruturas à população madeirense é mais pacífica, mas o verdadeiro desafio chegará apenas quando se reabrirem os aeroportos e os turistas voltarem a entrar na Ilha da Madeira. -----

Tomou a palavra o Sr. vereador Dinarte Nunes que disse querer apontar duas notas antes das perguntas que tinha para colocar. -----

Sobre a leitura da ata da reunião anterior, o Sr. vereador referiu que ou não estava na saída de missa ou não ouviu o que o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, à data da campanha eleitoral de 2013, Eng. Juan Pardau, tinha dito sobre a compra da ambulância. -----

O segundo reparo que o Sr. Vereador queria fazer tinha que ver com aquilo que o Sr. Presidente disse, sobre o facto de o Governo Regional plasmar as medidas a aplicar pelo Governo da República. Sobre esse facto, o Sr. Vereador disse ser um tema que não lhe incomodava, e que desde que as medidas a aplicar fossem boas não ficava chocado com esse facto. -----

O Sr. Vereador questionou o Sr. Presidente sobre o facto de haver, ou não, gel desinfetante junto ao registo biométrico no armazém da Câmara Municipal e referiu que quando os trabalhadores da Câmara são transportados nos meios de transporte da autarquia não cumpriam com as normas de distanciamento de segurança nem de salvaguarda da saúde dos próprios. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que todo o gel desinfetante adquirido pela Câmara Municipal fica guardado no armazém, o que faz daquele espaço o edifício da autarquia com a maior quantidade de gel desinfetante, e que por isso essa informação que o Sr. Vereador recebeu não é verdadeira. “Se os funcionários o usam antes de ‘picar o ponto’ é outra história”, disse, referindo ainda que essa é uma responsabilidade das próprias pessoas. -----

Em relação ao distanciamento e uso de máscara, o Sr. Presidente disse ter dado, ele próprio, presencialmente, instruções específicas nesse sentido aos funcionários da Câmara, no dia em que se deslocou ao armazém para distribuir cerca de 300 máscaras comunitárias, reutilizáveis, com filtro em TNT, aos funcionários da autarquia. -----



Sobre o uso das máscaras, lembra que essa necessidade já existia antes do vírus e o seu uso era obrigatório no exercício de algumas tarefas específicas. Se os funcionários realmente as usam disse ser impossível controlar. “As pessoas devem ser as primeiras a se preocupar não apenas com o seu estado de saúde, mas também com a do próximo. As instruções foram dadas, e posso, ainda assim, reforçá-las, mas a responsabilidade será sempre dos próprios funcionários”, disse. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Dinarte Nunes que questionou o Sr. Presidente sobre o ponto de situação das obras do Caminho Agrícola entre a Fajã Redonda e a Estrada Regional 222, na Ribeira da Janela. -----

Em resposta ao Sr. Vereador, o Sr. Presidente informou que a empresa havia reconhecido ter dificuldades na execução da mesma, dificuldades essas que se agravaram durante o período de pandemia, que obrigou as empresas de construção civil a pararem de laborar durante um determinado período, sendo que quando puderam retomar as obras, a cerca sanitária na Freguesia de Câmara de Lobos impediu a grande maioria dos funcionários da empresa de poderem trabalhar, uma vez que eram residentes naquela freguesia. -----

O Sr. presidente disse que falou com o patrão da empresa e chamou-o à razão, referindo que não se podia refugiar na existência da pandemia, uma vez que aquele problema já vinha de um período anterior a este. -----

O Sr. Presidente informou o Sr. Vereador que quando a empresa ganhou a obra reuniu com o responsável pela mesma, questionando-o se realmente tinha todos os meios necessários para a realização daquela obra, uma vez que era do conhecimento público que aquela empresa não estava a conseguir honrar os seus compromissos com outras Câmaras Municipais. O Sr. Presidente disse que nessa reunião, onde estavam presentes outros elementos do executivo, o responsável pela empresa assumiu ter todas as condições para a realização da mesma. -----

A obra já parou várias vezes, informou, e a empresa já foi notificada pela autarquia mais de uma vez, mas ao que se consegue perceber, a empresa comporta sérias dificuldades para conseguir cumprir com o previsto. -----



Sobre essa mesma empresa, o Sr. Presidente informou que estava também responsável pela construção do Caminho Agrícola dos Lamaceiros, que se encontra numa fase bem mais avançada, mas nem por isso deixa de estar largamente atrasada, na sua construção.

Retomou a palavra o Sr. Vereador Dinarte Nunes que questionou o Sr. Presidente se a Câmara previa, a nível de tesouraria, algum tipo de apoio às empresas do Porto Moniz, no âmbito das consequências provocadas pelo COVID-19. -----

Em resposta o Sr. Presidente disse que já tinha referido na sua primeira intervenção que a Câmara está a trabalhar na criação de um Fundo Municipal de Emergência Social e Empresarial, e referiu, uma vez mais, que se tivesse os 200.000,00€ que tem direito pelo reembolso do investimento efetuado numa candidatura ao PRODARAM, estaria agora bem mais à vontade no montante a direcionar para esse fundo. -----

O Sr. Presidente referiu que, ao contrário do que se tenta fazer passar, nenhuma Câmara deu, até ao momento, um único euro a nenhum empresário da Região, pois a atribuição desses apoios deve obedecer a todo um processo legal que tem de ser cumprido. -----

Sobre a criação do Fundo, o Sr. presidente disse existir uma grande pressão, mas lembra que um Presidente de uma autarquia não foi eleito para ceder à pressão, mas sim para atender aos interesses dos munícipes que o elegeram. -----

O Sr. Presidente perguntou ao Sr. Vereador, concretamente, sobre que medidas tem a propor para o apoio às empresas do concelho. -----

Em resposta, o Sr. Vereador reconheceu não saber aferir a legalidade jurídica de algumas medidas, mas referiu que o que faria era apoiar financeiramente aquelas empresas que não despedissem funcionários. Prosseguiu referindo que esse apoio seria cedido por número de funcionários e num valor que devolvesse às empresas as perdas financeiras que tiveram no pagamento dos vencimentos aos seus funcionários. -----

O Sr. Presidente perguntou ao Sr. Vereador o que faria ele, concretamente, em relação àquelas empresas que laboravam antes da pandemia, mas agora estão encerradas, não lhe permitindo chegar com qualquer apoio aos funcionários dessas empresas. -----

O Sr. Presidente disse que as medidas que o Sr. Vereador sugere não são de fácil execução, pois enquanto há algumas empresas que podem concorrer a apoios regionais e nacionais, há outras que não podem concorrer a nenhuma dessas ajudas, acabando por impossibilitar aos seus funcionários auferir qualquer tipo de apoio financeiro. O Sr.



Presidente lembrou que não pode conceder qualquer apoio a empresas que tenham dívidas à Câmara, por exemplo, recordou que é a própria legislação em vigor que não lhe permite, e só isso já afasta algumas empresas da possibilidade de poder vir a beneficiar desta possível ajuda. -----

O Sr. Presidente disse que tudo está a ser estudado, de forma a ver se consegue chegar a esses funcionários que não têm culpa das empresas onde trabalhavam não terem resistido ao período de pandemia, e referiu ainda que aqueles que o conhecem sabem muito bem que só não ajudará o máximo de pessoas e empresas possível se não puder. -

O Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal, ao contrário do que algumas pessoas da oposição tentam fazer passar porta-a-porta, continua com dívidas por pagar, do tempo do Presidente Gabriel Farinha e do Presidente Valter Correia, e referiu que ainda paga, por esta altura, indemnizações a empresas do tempo do Presidente Jeremias de Sousa. Ressalva que já resolveu várias situações que estavam em tribunal a aguardar resolução, pois os presidentes anteriores empurraram estes problemas com a barriga, e agora tem que ser o executivo do Partido Socialista a resolver várias situações que mais não são do que o fruto de uma gestão ruínosa, dos sucessivos executivos do PSD, que durante 40 anos geriram, infelizmente, os destinos da Câmara Municipal do Porto Moniz. -----

Sobre a resolução destas situações, o Sr. Presidente referiu que apesar de as mesmas persistirem com o passar dos anos, nunca fez notícia com aquilo que tem resolvido e que resulta da má gestão dos anteriores presidentes, mas ressalva que se somar todos os valores a pagar nesses processos ultrapassa, certamente, o meio milhão de euros, e lembra que se as coisas viessem bem feitas de trás era mais meio milhão de euros que tinha agora para dar aos empresários e famílias do Porto Moniz. -----

O Sr. Presidente informou que, a tempo oportuno, dará a conhecer à população do Porto Moniz euro por euro de tudo o que a Câmara Municipal teve de pagar desde que assumiu a presidência. -----

Prosseguiu lembrando ainda a aflição com que encontrou os funcionários, quando assumiu a presidência, por causa da opção gestonária levada a cabo erroneamente pelo então Presidente Valter Correia, e que obrigava os funcionários a devolver, do seu bolso, vários montantes auferidos anteriormente. Refere que desde o primeiro momento não



teve qualquer problema em contratar um advogado para resolver a situação desesperante em que se encontravam os funcionários da autarquia. -----

O Sr. Presidente lembrou ainda quem é que resolveu a situação laboral dos funcionários do Aquário da Madeira, que nem eram funcionários da autarquia nem da Empresa Municipal, entretanto falida, que havia sido criada pelo então Presidente Gabriel Farinha. -----

O Sr. Presidente terminou referindo que todas as pessoas no Porto Moniz são importantes, desde os munícipes aos empresários, e não menos importantes são os funcionários desses empresários, mas é também importante garantir que a Câmara Municipal faz o que é legal e certo, na salvaguarda de todos. -----

## **2. Balancete** -----

Foi presente o balancete que acusava um total de disponibilidades financeiras no montante €1.137.442,88 (um milhão cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois euros e oitenta e oito cêntimos) disponibilidades orçamentais num montante de €1.013.927,23 (um milhão e treze mil, novecentos e vinte e sete euros e vinte e três cêntimos) e em operações de tesouraria um montante de €123.515,65 (cento e vinte e três mil, quinhentos e quinze euros e sessenta e cinco cêntimos). -----

## **3. Correspondência** -----

Não houve correspondência a apresentar. -----

## **4. Protocolo entre o Município de Porto Moniz e os industriais de transportes em automóveis ligeiros de passageiros do Município** -----

**Considerando que** os Industriais de Transportes em Automóveis Ligeiros de Passageiros podem desempenhar um papel importante para o Município na promoção do destino turístico do Concelho de Porto Moniz, designadamente através da promoção publicitária nas suas viaturas, com imagens icónicas das paisagens e infraestruturas pertencentes ao concelho e à Câmara Municipal de Porto Moniz, respetivamente, bem como na cooperação com o Município em campanhas de monitorização, mediante a comunicação, sempre que necessário, de ocorrências da sinalização que se repercutem no tráfego e ocorrências na via pública, designadamente a queda de árvores, poste de iluminação, ruturas de água, buracos na via pública, descargas ilegais de entulhos ou a existência de tampas de saneamento fora do local adequado; -----

**Considerando que** este encargo financeiro solicitado no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros), está cabimentado com o n.º 219/2020 e possui garantia de fundo disponível;-----

*João Emanuel Silva Câmara, Presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, e os Vereadores eleitos pelo PS, têm a honra de propor que a Câmara Municipal de Porto Moniz, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a presente minuta de protocolo. -----*

**Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----**

Findos os trabalhos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas doze horas e trinta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, que depois de lida foi colocada à votação dos membros presentes tendo sido aprovada por unanimidade, pelo que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Márcio David Telo Correia, que a redigi. -----

O Presidente, \_\_\_\_\_

O Redator, \_\_\_\_\_

